

AI. Nº - 140781.0019/08-4
AUTUADO - REALEZA MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - LUIZ ELADIO LIMA HUMBERT
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 18.03.09

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0033-04/09

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Não comprovado o recolhimento do imposto no período em que estava enquadrada como microempresa. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 28/06/08 e exige ICMS no valor de R\$ 1.300,00, acrescido da multa de 50%, relativo à falta de recolhimento do ICMS no prazo regulamentar, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), referente ao período de 01/03/03 a 31/03/04.

O autuado, em sua impugnação à fl. 13 dos autos, representada por seu responsável, Sr. Vivaldo Cardoso, Bastos, Administrador de 73 anos, afirma que deixou de recolher o ICMS no período de janeiro 03 / março 04, devido ao seu estado de saúde precário e idade avançada. Diz que não tinha conhecimento da obrigatoriedade de recolher, mesmo estando sem movimento.

Apresenta declaração de inatividade anos 2003 a 2007 da Receita Federal, explica que não teve má fé, uma vez que veio a solicitar baixa da empresa.

O autuante, em sua informação fiscal, à fl. 29, preliminarmente, discorreu sobre a infração e as alegações defensivas e disse que diante da falta de apresentação de fundamentos legais do pedido, resta informar que a solicitação de baixa de inscrição do autuado foi formalizado na SEFAZ, no dia 28.09.06, conforme documento de fl. 10.

VOTO

O Auto de Infração acusa a falta de recolhimento do ICMS no prazo regulamentar, relativo a Microempresa inscrita no cadastro de contribuintes.

Na impugnação apresentada, o autuado não contestou o valor do imposto exigido, limitou-se a dizer que é idoso, tem saúde precária e não tinha conhecimento que estava obrigado a fazer recolhimentos, no período que estava sem funcionamento. Apresenta como prova dessa inatividade Declaração de Pessoa Jurídica simplificada inativa relativa ao período 2003 a 2007, conforme cópias de fls. 20/25.

Verifico que o imposto exigido refere-se ao período de março de 2003 a março de 2004, estando o contribuinte, nesse período, cadastrado como microempresa 3, com atividade de comércio varejista de móveis – 47.54/70-1. As empresas que fizeram a opção pelo enquadramento no regime simplificado de pagamento – SIMBAHIA, teriam que pagar mensalmente o imposto correspondente a um valor fixo, determinado em função da receita bruta ajustada (art. 386-A, RICMS/BA), recolhido junto com o pagamento da energia elétrica consumida.

Deixando de exercer atividades comerciais, o autuado deveria providenciar a devida baixa na inscrição estadual, o que encerraria a obrigatoriedade do pagamento do valor fixo mensal, providência que somente veio a adotar em 02.04.2004. Ressalto que não tem efeito para fins de

exclusão da exigência contida no presente auto de infração, a Declaração de Inatividade enviada ao fisco federal.

Saliento ainda que, conforme disposto no art. 386-A, I do RICMS/BA, com a redação dada pelo Decreto nº 8.868, de 05/01/04, somente a partir de 01/05/04 a microempresa ficou dispensada do pagamento do imposto quando a receita bruta ajustada do ano anterior fosse inferior ou igual a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), portanto, está correto o procedimento do autuante, cuja exigência encerrou com o protocolo do pedido da baixa da inscrição, antes da vigência do Decreto supra referido.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **140781.0019/08-4**, lavrado contra **REALEZA MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.300,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b” item 3, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de março de 2009.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

PAULO DANILO REIS LOPES – JULGADOR